

A ESCOLA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

MARIA DA PIEDADE ROLO PEREIRA *

ANA PAULA PEREIRA OLIVEIRA CARDOSO **

* Docente da Escola Básica do 1º Ciclo de Sucres – Lamego.

** Docente da Escola Superior de Educação

e investigadora do Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde (CI&DETS) do Instituto Politécnico de Viseu.

Resumo

No presente artigo analisa-se a importância da educação patrimonial e o papel determinante que a escola pode desenvolver nesta área.

Nos últimos tempos tem-se verificado uma progressiva consciencialização da sociedade pela preservação e divulgação do património cultural, enquanto elemento aglutinador e fundamental da nossa identidade como povo. Porém, os processos de sensibilização e divulgação devem ser iniciados desde muito cedo, acompanhando o desenvolvimento e a formação dos indivíduos. É nesse sentido que consideramos fundamental a criação de situações favoráveis que levem ao desenvolvimento dos valores culturais nas camadas mais jovens da população.

Palavras-chave: Escola; Educação patrimonial; Identidade cultural; Acção educativa.

Abstract

In the present article we analyse the importance of patrimonial education and the determining role schools can have in this particular area.

Lately it has been seen that society has progressively become more conscious to preserving and creating awareness for cultural heritage as an agglutinating and fundamental element of our identity as people. However, the process of creating awareness should start at a very early age together with the development and education of the individual. We

therefore consider it important to create favourable conditions, which lead to the development of cultural values among the younger population.

Keywords: School; Patrimonial education; Cultural identity; Educational practice.

Introdução¹

Qualquer sociedade humana retira a sua coesão de um conjunto de “actividades e projectos comuns, mas também de valores partilhados, que constituem outros aspectos da vontade de viver juntos. Com o decorrer do tempo, estes laços materiais e espirituais enriquecem e tornam-se, na memória colectiva, individual, na herança cultural de um povo” (Delors *et al.*, 1996, p. 86).

Ao referenciar esta perspectiva, queremos referir a memória colectiva de uma determinada população, dos territórios onde vive, dos seus monumentos, dos vestígios do passado e do presente, dos seus problemas, da cultura material e imaterial das pessoas (Duarte, 1992), em suma o seu património cultural.

Em Portugal, em 1985, foi publicada a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, Lei do Património Cultural Português, que define no seu Artigo 1º que: “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”.

Esta definição é, posteriormente, retomada no Artigo 2º da Lei n.º 107/2001 (Lei de Bases do Património Cultural Português), ao referir que o património cultural é constituído pelo conjunto de “bens materiais e imateriais” que “constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas”.

Ao analisar os artigos supra citados, constata-se a influência de convenções internacionais (Convenção de Haia 1954, Carta de Veneza 1964, Carta de Paris 1972). O facto de se considerar como património cultural todos “os bens materiais e imateriais” de “reconhecido valor próprio”, faz com que o conceito de património cultural seja de tal forma abrangente e faça a cobertura de um território tão vasto, que, potencialmente, tudo pode abarcar. Assim, nas palavras de Esperança (1997), “esta extensibilidade torna a lei quase inaplicável” (p. 83).

¹ O presente artigo constitui uma reflexão actualizada de parte da dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa, em Julho de 2003.

Acerca do conceito de “património cultural”, Amado Mendes (1991) afirma que se trata de uma noção bastante lata, uma vez que abrange os “bens materiais e imateriais”, de “reconhecido valor próprio” e que remete, em última análise, para a “identidade da cultura portuguesa através do tempo” (p.112).

A dificuldade de delimitação sobre o que deve ser ou não considerado património a preservar, coincide com o actual alastramento da noção a novas áreas, que ultrapassa a valorização específica do monumento e passa a integrar outros conjuntos, como centro histórico, património urbano e, mais recentemente, paisagens naturais (Choay, 2000). Tal resulta do facto de que os conceitos e as teorias sobre o património cultural evoluíram extraordinariamente ao longo do século XX e não permanecerão, naturalmente, imutáveis no futuro (Lopes & Correia, 2004).

A nova dimensão do termo “património” não tem mais de duzentos anos, é muito abrangente e só recentemente se difundiu, até em termos semânticos, por todo o tipo de campos que dela se apropriaram - património cultural, património arqueológico, património genético (Esperança, 1997). Esta noção expandiu-se assumindo um valor afectivo, sendo “mais aplicada para designar certas condições fundamentais da existência nacional e da existência humana. Essa evolução apenas traduz a incomodidade da consciência colectiva face às ameaças mais ou menos obscuras, para a sua integridade” (Chastel, 1986, p. 405).

Importa salientar alguns aspectos fundamentais desta noção:

- a internacionalização do problema da defesa e preservação dos bens culturais de um povo conduziu à noção de Património mundial e à criação de organismos internacionais que veiculam conceitos, recomendações e convenções orientadoras das políticas para a sua salvaguarda (Reis, 1999);
- assiste-se ao alargamento da noção de património, para conferir universalidade não só aos bens culturais únicos e insubstituíveis, de grande valor monumental, mas também a objectos considerados pela sua singularidade, pelo seu conjunto ou pela sua possibilidade de extinção (Reis, 1999);
- verifica-se que da noção restritiva de património, como monumento ou estrutura construída/edificada passou-se, progressivamente, à ideia de centro (ou cidade histórica). Alargou-se assim, nos últimos tempos, a visão destas questões a abordagens ambientalistas, que procuram patrimonializar também os ambientes naturais de reconhecido valor paisagístico ou de contextualizar o património no seu meio envolvente natural (Cleere, 1989; IPPAR, 1994, 1996).

De acordo com a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural Português), poderemos constatar, no seu Artigo 11.º, a preocupação com a preservação e defesa do património cultural. Assim:

“1. Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.

2. Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.

3. Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respectivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam”.

O conjunto das múltiplas responsabilidades no domínio do património cultural deve ser partilhado pelos diversos agentes culturais, como as autarquias, universidades, escolas, fundações, empresas e outras instituições públicas e privadas, bem como por todos os cidadãos, em geral.

Cabe ao poder central e/ou local um papel determinante na preservação e divulgação do património. É reconhecido o investimento efectuado nesta área nas últimas décadas. Com efeito, em 1999, o conjunto da administração pública gastou em cultura e lazer cerca de 1,2% do valor do PIB, o que corresponde a uma taxa média de crescimento anual, face a 1990, de 14% (INE, 2003). Comparativamente com alguns países europeus, apenas as administrações públicas da Suécia, do Luxemburgo e da Dinamarca, efectuaram, em 1999, despesas em cultura e lazer com representatividade nos respectivos PIB superiores à observada em Portugal (1,8%, 1,8% e 1,6%, respectivamente).

Apesar dos investimentos efectuados nos últimos tempos nesta área, importa referir as conclusões de um estudo efectuado sobre as cidades de Braga, Viana do Castelo, Bragança, Vila Real e Chaves (Santos Silva *et al.*, 1998), que permitiu verificar que existe um nível geral baixo de dotação em equipamentos, serviços culturais estruturantes e serviços económicos e sociais, directa ou indirectamente articulados ao campo da cultura e do lazer, bem como uma certa debilidade da rede de protagonistas e empreendedores de iniciativas culturais locais. Estes factos contribuem para que o ambiente sociocultural urbano seja relativamente pouco qualificado e as cidades não disponham de uma oferta mínima e continuada de bens, serviços e acontecimentos, o que pode influenciar a captação e a satisfação de procuras sociais.

Estes resultados reforçam a ideia de que o nosso país está ainda longe de um bom desenvolvimento cultural. O que não será de estranhar, uma vez que, quer a nível do poder central, quer local, os programas culturais nem sempre foram prioritários. Em termos práticos, têm sido subordinados perante a urgência de desenvolvimento económico e a afirmação da doutrina liberal do mercado (Santos, 1998). Efectivamente, há ainda muito trabalho a desenvolver neste domínio. Trabalho muitas vezes

surpreendente e frustrante visto que, em alguma extensão, existe uma certa dose de imprevisibilidade dos efeitos que nele está incluída. Tal não se coaduna bem com o princípio dos resultados imediatos e visíveis que norteia a acção de muitos dirigentes políticos.

Nos últimos tempos foram dados alguns passos significativos no âmbito da salvaguarda, conservação, recuperação e promoção do nosso património, fruto da acção do Estado, das autarquias, de associações e de entidades relacionadas com o património

Um dado que poderá ilustrar o trabalho que tem sido desenvolvido nesta área é o de que, entre 1995 e 1999, o número de visitantes dos monumentos à guarda do IPPAR cresceu 40%, passando de um total de 2,3 milhões de visitantes para 3,3 milhões (Custódio, 2000).

Será este um sinal de que o poder político, central, regional e local, e a sociedade estarão mais conscientes da importância do seu papel na construção de uma nova sociabilidade? Na esteira de Andrade (2003), gostaríamos de acreditar que sim, porque Portugal precisa urgentemente de gente com uma nova visão sobre o futuro. Gente com ideias sensatas para um país que necessita de equilíbrios. Até porque as nossas cidades, vilas e aldeias, nas últimas décadas, têm sido constantemente agredidas com um urbanismo absurdo, e muitas vezes sem regras, quase sempre preocupado com os proveitos financeiros de muitos empresários da área da construção. Tal como sublinha Andrade (2003), foi assim que se transfiguraram áreas significativas do território, muitas vezes alienando vestígios do passado a uma urbanidade de qualidade discutível.

Apesar de se verificar uma evolução positiva, entendemos que há muito a fazer, uma vez que ainda se observam bastantes atrasos. Aspecto essencial no sentido duma melhoria do panorama actual, tem a ver com a política patrimonial a ser seguida. Nesse sentido e segundo Custódio (2000, p. 7), há que ter em conta os seguintes aspectos: (1) aumentar a dotação financeira afecta ao património; (2) perspectivar uma melhor ligação cultura/escola; (3) criar uma escola de patrimonialistas, abarcando uma variedade de especialistas como arquitectos, engenheiros, paisagistas, ambientalistas, historiadores de arte e gestores e conservadores do património; (4) definir o modelo de gestão integrada do património cultural.

Conhecer o património cultural e relacioná-lo com a história de um país é fundamental para que possam ocorrer laços fortes entre história, memória e imaginário; é poder dar a todos, e em especial aos jovens, uma visão alargada do mundo e ajudá-los a aceitar os outros, as diferenças, as tradições, os usos e costumes de cada povo (Magalhães, 2005; Salomon, 2000).

Importa também ter em atenção que a valorização do património na definição de identidades culturais locais, regionais ou nacionais, não pode deixar de ter em conta

os contributos que os múltiplos intervenientes, étnicos e culturais, podem dar à construção da identidade colectiva.

Por outro lado, a interdependência global aponta cada vez mais para a universalização de características únicas - veja-se o exemplo da célebre discussão sobre a (im)possibilidade de uma identidade cultural europeia face às diversidades nacionais. A afirmação e reconhecimento da identidade nacional no panorama internacional está muito dependente da hábil conjugação de esforços entre as instituições locais e nacionais responsáveis pela gestão do património cultural (Rovisco, 2000).

A análise do processo de construção da noção de património cultural e da sua defesa, como defende Reis (1999), é um dos instrumentos fundamentais que pode contribuir para a transformação das práticas culturais da sociedade portuguesa.

É nesse sentido que é necessário criar uma maior consciencialização da comunidade no que concerne ao património cultural, de forma a salvaguardar os centros históricos, a transformar o património edificado em bens de fruição e conhecimento colectivo, inserindo o património num sistema de cultura colectiva, no qual possam intervir crianças, jovens e restante população, num longo processo de Educação Patrimonial. Além disso, a necessidade de salvaguarda e preservação do património constitui um factor de desenvolvimento da cidadania, já que poderá mobilizar diversificados mecanismos políticos de regulação e participação (Reis, 1999).

Impõem-se mudanças de mentalidade, no sentido do desenvolvimento de uma profunda consciência patrimonial, constituída a partir de meios de auto- formação e auto- educação, ou pela formação patrimonial exercida quer por instituições públicas, quer privadas (Custódio, 2000).

A este propósito, importa referir a necessidade de caminhar para uma “*sociedade educativa*. É verdade que toda a vida pessoal e social oferece oportunidades de progredir no saber e no saber fazer” (Delors *et al.*, 1996, p.17). Essas oportunidades devem ser cada vez mais proporcionadas na comunidade educativa.

1. Educação Patrimonial

Existem alguns autores (Duarte, 1992; Ramos, 1993) que ao tentarem definir educação patrimonial estabelecem uma ligação estreita com a educação ambiental. Porém, esta não é a opinião de Custódio (2000), que afirma que “em Portugal a Educação Patrimonial encontra-se na idade da infância em relação à Educação Ambiental” (p. 10).

Esta ligação compreende-se se atendermos às intenções do Congresso de Belgrado, em 1975, quando a UNESCO definiu pela primeira vez “educação ambiental”, nos seguintes termos: “um caminho para a formação de uma população mundial, consciente e actuante a respeito do património cultural e com todos os

problemas que lhe dizem respeito, incluindo a intrínseca relação com o meio ambiente, e que de alguma forma obtenham os conhecimentos indispensáveis a poder assumir as suas competências e motivações no sentido da criação de um comportamento de participação individual e colectiva, na protecção, estudo, salvaguarda, valorização e fruição dos bens culturais ao dispor da colectividade” (Custódio, 2000, p. 11).

De facto, a consciência da preservação do meio ambiente deve ser condição fundamental para a garantia da sobrevivência humana e da qualidade de vida. Nas últimas décadas, estas têm sido fortemente prejudicadas devido a factores tais como os avanços tecnológicos e científicos e o crescimento populacional exagerado em certas zonas desfavorecidas do globo. Uma das formas possíveis de combater estas situações poderá ser a criação de uma consciencialização ambiental, ao nível local, regional, nacional e universal. Neste sentido, é necessário conhecer, conservar e divulgar os valores da comunidade onde se reside, proteger o que é característico de uma região ou país, escolher de uma forma criteriosa o que é necessário renovar e defender, tanto no ambiente natural como no construído (Dias & Artur, 2002).

A educação patrimonial deverá procurar estabelecer uma relação de afecto da comunidade pelo património. Desta forma desencadeia-se um processo de aproximação da população ao património, à memória, aos bens culturais, de forma agradável e lúdica, devendo contemplar todos os grupos de idades e ser aplicada a qualquer bem cultural.

A origem da expressão Educação Patrimonial é inglesa (*Heritage Education*) e pode ser entendida como “o acto de educar, isto é, gerar e potenciar a totalidade das capacidades de cada um no sentido de um conhecimento das coisas e dos outros de forma livre e solidária, processo durante o qual a personalidade se forma pela interacção de todos os elementos educativos e se projecta em valores de participação, de diálogo, de solidariedade social e identidade cultural e se realiza através de acções e soluções para os diversos problemas” (Custódio, 2000, p. 11).

Nesta perspectiva, também Ramos (1993) defende que a Educação Patrimonial é um “processo permanente e participativo de comunicação de conhecimentos, explicação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o património, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem e promovam comportamentos e actuações concretas de defesa, conservação e valorização do património, resolvendo problemas actuais e evitando outros que se ponham no futuro” (p. 44).

A educação patrimonial, tal como muitas outras «educações» (saúde, ambiental, etc.), tem as suas próprias linhas de orientação e objectivos. Entre eles, gostaríamos de salientar os seguintes (Custódio, 2000; Duarte, 1992; Jorge, 2001; Ramos, 1993):

- tomar consciência das questões do património;

- adquirir conhecimentos de forma a obter uma compreensão do património e da resolução dos seus problemas;
- desenvolver atitudes capazes de motivarem as pessoas a participarem activamente na preservação e conservação do património;
- promover o fortalecimento da identidade cultural individual e colectiva, reforçando o sentimento de auto-estima, considerando a cultura de um país múltipla e plural;
- estimular o diálogo entre a comunidade, meios de comunicação social, a escola e os órgãos responsáveis pela identificação, protecção e promoção do património, promovendo uma troca de conhecimentos.

Apesar da educação patrimonial ter como destinatários toda a população, deverá assumir um papel decisivo junto das camadas jovens. Segundo Machado Pais (1999, p. 51), é importante que, por exemplo, os jovens nas suas aulas, principalmente nas de História, façam “uma aprendizagem *regionalista/patrimonial*, onde o importante é aprender a *reconhecer as tradições, características, valores e tarefas da nação ou sociedade* em que se nasceu ou vive; aprender a *valorizar a preservação das ruínas históricas e das construções antigas* do património histórico”.

2. A educação patrimonial e a escola

Nos últimos anos, perante a crescente consciencialização da importância da preservação do património cultural como condição indispensável para a garantia da identidade nacional, tornou-se importante a inclusão desta temática na escola.

A escola é um poderoso agente de socialização dos jovens. Assim, parte importante do tempo a ele respeitante desenvolve-se dentro ou em redor da escola, e esse facto marca de uma forma decisiva o seu modo de vida e os seus comportamentos.

A escola ocupa um papel determinante na formação do jovem hoje em dia. Em França, “entre as preocupações dos jovens, a escola viria em segundo lugar, depois das relações com os amigos e antes dos passatempos, das relações amorosas e das relações com os pais” (Braconnier, 2002, p.191).

A satisfação que os jovens portugueses denotam sobre vários aspectos da escola tem sido com frequência objecto de estudo. Assim, os jovens demonstram, em geral, insatisfação: com as instalações e equipamentos escolares (Almeida *et al.*, 1996; Fernandes *et al.*, 1998; Machado Pais, 1996); com os programas escolares (Almeida *et al.*, 1996; Fernandes *et al.*, 1998); a justiça das classificações e a preparação para a vida profissional (Almeida *et al.*, 1996). Por outro lado, encontram-se satisfeitos com o convívio que têm com os colegas (Almeida *et al.*, 1996; Fernandes *et al.*, 1998; Ferreira, 1993; Machado Pais, 1996). O que nos leva a afirmar que, cada vez mais, as escolas

deverão constituir-se não só como locais de estudo, mas também como espaços de convívio (Sampaio, 2003).

A valorização da escola por parte dos jovens tem sido efectuada em função de três dimensões: a convivialidade, a aquisição de conhecimentos e a obtenção de certificação (Almeida *et al.*, 1996; Ferreira, 1993; Machado Pais, 1996).

Porventura, a escola deverá que ter outro clima, uma cultura juvenil organizada também em torno dos tempos livres e de lazer, o que vai contra a escola tradicional que privilegia o esforço e a aplicação. É igualmente discutível se os jovens de hoje têm tanto tempo livre como há vinte anos atrás, já que a educação ocupa grande parte do seu tempo (Buois-Reymond & Zande, 1994).

A ocupação de tempos livres, através da realização de práticas culturais, poderia ser uma forma de obviar questões de indisciplina e contribuir para o sucesso escolar dos jovens, assim como incentivar o seu enriquecimento cultural e cívico, para que no futuro sejam indivíduos conscientes, que exerçam em pleno a sua cidadania.

2.1. Papel da escola na abordagem da Educação Patrimonial

Como poderemos constatar, a alínea a) do Artigo 3º da Lei 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), refere que “o sistema educativo organiza-se de forma a contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português”.

Tal orientação reforça, em certa medida, o que já tinha sido defendido na Lei n.º 107/2001 (Lei de Bases do Património Cultural Português), nomeadamente no seu Artigo 11.º, já anteriormente referido.

Ao efectuarmos a revisão bibliográfica sobre esta temática constatámos que são reduzidos os estudos que fazem referência à importância que os jovens atribuem ao conhecimento do seu património. Quando nos debruçamos sobre as práticas culturais dos mesmos nos seus tempos livres, constatamos que as visitas a museus ou monumentos/edifícios históricos são normalmente das menos preferidas.

Efectivamente, estudos nacionais (Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude, 1989; Carmo *et al.*, 1990; Schmidt, 1993; Costa, 1994; Machado Pais, 1994; Freitas *et al.*, 1996; Santos Silva & Santos, 1995; Almeida *et al.*, 1996; Lopes, 1997; Fernandes *et al.*, 1998; Marivoet, 2001; Balsa *et al.*, 2001; Fernandes, 2001; Santos Silva *et al.*, 2002; Rodrigues, 2003; INE, 2003; Pereira, 2003; Pereira e Cardoso, 2005) ou internacionais (Machado Pais, 1999; Juan *et al.*, 2001; Mauger, 1994; Buois-Reymond e Zande, 1994; Galland, 1991; Bouillin-Dartevelle *et al.*, 1991; “Arts Council,” 1991) consultados, que fazem referência a tais práticas, indicam que as

mesmas são das menos preferidas dos jovens, apesar de existir ainda uma faixa de jovens que procura estas actividades.

Tendo em conta estes dados, julgamos pertinente que a escola tenha um papel determinante na alteração destas práticas culturais nos jovens, para que os mesmos considerem da máxima importância a preservação e divulgação do seu património cultural (Lopes, 2003).

É, pois, evidente a importância que a escola deve, e pode ter, na preservação e divulgação do património cultural. Tem muita responsabilidade em transmitir às gerações vindouras, e nas melhores condições, o legado artístico-histórico das gerações anteriores. Deve dar importância à questão da consciência colectiva de um país, região, ou localidade, a uma herança cultural, a uma identidade colectiva e a um património que merece ser valorizado e preservado (Machado Pais, 1999). Não perdendo de vista a seguinte ideia: “se a tua alma é inculta, os teus olhos e os teus ouvidos são más testemunhas” (Proença, *in* entrevista de Jorge, 2000, p. 66).

São inúmeras as escolas que têm desenvolvido iniciativas e projectos meritórios com vista à valorização do património cultural. Porém, são muitas as escolas que vivem ainda num tempo-espço desligado da região onde se inserem e de todos os estímulos socioculturais provenientes do exterior, reflectindo, assim, um modelo de escola que se preocupa sobretudo em desenvolver a mais tradicional das suas funções - a transmissão de um programa curricular, levando-nos assim a falar numa escola unidimensional (Lopes, 1993). São exemplos de escolas que se arriscam, cada vez mais, a transformar o tempo «passado» na escola, de tempo de obrigação, em tempo de formação e de prazer. Não é de admirar pois que, nestes casos, existam muitos alunos e professores que procurem desenvolver as suas actividades de lazer fora da escola. Para eles, decididamente, “a vida não é aqui”.

Entre os factores potenciadores de fechamento sociocultural da Escola, gostaríamos de salientar: (1) os fracos níveis de recepção, participação e produção culturais; (2) a fraca influência recíproca professor/aluno (ausência de «efeitos de arrastamento»); (3) os círculos viciosos de reprodução cultural; (4) a «surdez cultural» aos estímulos das políticas e actividades desenvolvidas pelas autarquias, museus e demais instituições; (5) a sobrevalorização da função transmissão (passiva) dos conteúdos programáticos – modelo da escola unidimensional (Lopes, 1993).

Comparando com as gerações predecessoras – gerações retrospectivas – alguns dos jovens de hoje são vistos como uma geração sem memória (Nora, 1992). É neste sentido que a Educação Patrimonial deverá contribuir para a construção da consciência histórica por parte dos jovens, que vá de encontro à identidade individual e colectiva de um país. Do mesmo modo que esta identidade comporta um processo de apropriação simbólica do real, Machado Pais (1999, p. 2) afirma que “a consciência histórica

também é uma construção simbólica” e que “compreende uma complexa correlação de factores que intersectam três níveis diferentes: a forma como o passado é interpretado, como a realidade presente é vivida e, finalmente, como o futuro é configurado” (p. 5).

2.2. Perspectivas de intervenção

A educação patrimonial constitui-se como uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões relacionadas com o património cultural. Esta proposta poderá perspectivar-se a três níveis:

1 - A inclusão nos currículos escolares, de todos os graus de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do património histórico.

Durante o período do Estado Novo, os programas escolares estavam voltados, essencialmente, para o ensino tradicional, a memorização, a atitude passiva do aluno e sem grandes preocupações pela análise e interação com a realidade envolvente (Fernandes, 1983).

Após o 25 de Abril de 1974, e principalmente a partir da Reforma Educativa, foram introduzidas, nos programas da disciplina de História, matérias relacionadas com a preocupação com a preservação e salvaguarda do património cultural.

Actualmente, ao analisarmos o Currículo Nacional do Ensino Básico, constatamos que um dos princípios e valores orientadores do currículo é “a construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural” (Ministério da Educação, 2001, p.15).

Desses princípios equacionaram-se um conjunto de competências gerais que são necessárias à qualidade de vida pessoal e social de todos os cidadãos. Nestas, salienta-se que o aluno, ao sair da educação básica, deverá ser capaz de “mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano” (Ministério da Educação, 2001, p. 15). Podemos constatar que a temática da Educação Patrimonial está inserida, essencialmente, nesta competência geral. O desenvolvimento das várias competências gerais pressupõe que todas as áreas curriculares actuem de uma forma convergente.

A educação patrimonial constitui-se, assim, como um eixo transversal. Eixo, porque é uma temática fundamental que deve ser aprendida ao longo de todo o processo de educação dos jovens, e transversal, porque é abordada em todas as áreas curriculares.

No que concerne ao ensino secundário, esta temática encontra-se de certa forma diluída nos programas da disciplina de História. Porém, entendemos que “a educação patrimonial deve ser trabalhada nas áreas curriculares existentes, com destaque para a História naturalmente, mas não só, também a literatura, as línguas, as áreas científico -matemáticas, as educações visual e técnica ou tecnológica, etc.,

poderiam, e a meu ver deveriam, incorporar preocupações deste tipo” (Roldão, 2001, p. 15).

Importa, no entanto, salientar que não basta introduzir esta temática nos programas escolares para que se assista a uma construção de uma cultura patrimonial. Essa cultura tem que ser construída na e pela escola, numa articulação adequada com as instituições públicas e privadas da comunidade envolvente.

Gostaríamos ainda de referir que, apesar do carácter fortemente centralista do sistema educativo português, poderemos falar de uma identidade cultural e educacional de cada escola, capaz de se diferenciar das demais (Stoer & Araújo, 1992). Efectivamente, pensamos que as escolas, quer em actividades curriculares, quer em actividades extracurriculares, podem valorizar uma aprendizagem regionalista, onde é importante aprender a reconhecer as tradições, características, valores do país e da região onde se nasceu ou se vive e, assim, aprender a “valorizar e preservar as ruínas históricas e as construções antigas” do património (Machado Pais, 1999).

2 - A realização de cursos, de acções de formação e de informação para os professores, a fim de lhes propiciar informações e conhecimentos acerca da temática, de forma a que possam vir a despertar nos educandos e na sociedade a preocupação e o gosto pela preservação do património histórico.

Esse tipo de dinâmica tem acontecido, e acontece, ao nível da formação inicial de professores e na formação contínua de professores, em cursos de longa duração – Cursos de Complemento de Formação ou Cursos de Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas e Cursos de Especialização – onde vários destes cursos já possuem disciplinas que abordam essa temática.

No âmbito da formação contínua de professores, em cursos de longa duração – Cursos de Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas e Cursos de Especialização – têm-se já realizado também cursos cujo tema central se situa no contexto do património e museologia. O mesmo se tem passado em Cursos de pós – graduação e Mestrados.

Ainda ao nível da formação contínua de professores, desenvolvida no âmbito do PRODEP – Foco e realizadas em Instituições do Ensino Superior e em Centros de Formação de Professores, têm sido desenvolvidos cursos/acções de formação de curta duração (entre 25 e 50 horas) centradas na questão do património.

Entendemos que a abordagem desta temática deverá ser cada vez mais abordada nos vários cursos de formação de professores.

3 - O desenvolvimento de projectos no âmbito do património histórico que envolvam toda comunidade educativa.

Tem sido cada vez maior o número de escolas que têm desenvolvido projectos bastante interessantes centrados na temática da salvaguarda e preservação do

património. Este tipo de projectos têm sido desenvolvidos numa perspectiva interdisciplinar e, em muitos casos, têm sido o motor do projecto educativo de toda a escola. Deste modo têm dinamizado a vida escolar e suscitado uma maior relação entre a escola e o meio envolvente.

De entre os inúmeros projectos poderemos salientar alguns que, devido à sua originalidade e qualidade, foram distinguidos publicamente e posteriormente publicados:

- “Um dia de D. Manuel I na Bobadela”, desenvolvido pelas escolas Preparatórias da Bobadela, Santa Maria da Azóia e Almirante Gago Coutinho (Oliveira *et al.*, 1995);

- “Centenário da Escola Príncipe da Beira”, desenvolvido pela Escola n.º 1 de Igreja, Gueifães (Coutinho *et al.*, 1995);

- “A vida na Escola”, desenvolvido na Escola Secundária de Rio Tinto (Ventura *et al.*, 1995);

- “Feira Quinhentista”, desenvolvido na Escola Secundária de D. Manuel I – Beja (Rodrigues e Rodrigues, 1995);

- “História ao Vivo – Um dia de Dezembro de 1640 no Castelo de São Filipe”, desenvolvido em Setúbal (Duarte, 1992);

- “Educação e Património”, desenvolvido em escolas de várias regiões de França (Salomon, 2000).

Estes projectos envolveram diversas escolas, autarquias, museus, entidades públicas e privadas e associações relacionadas com o património.

Neste âmbito, é de salientar também o lançamento, em 1994, do projecto inter-regional intitulado “participação dos jovens na preservação e promoção do património mundial”, que pretendia sensibilizar os jovens para a necessidade de salvaguardar o património mundial cultural e natural (Delors, *et al.*, 1996). Participaram neste projecto alunos de cerca de cinquenta países que se familiarizaram com o espírito e as incidências práticas da Convenção Internacional sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Os alunos, depois de se terem documentado, no âmbito de várias disciplinas, sobre os locais do seu próprio país ou de outros países, foram visitá-los, ou então organizaram campanhas de informação sobre eles.

Existem também muitos museus que, através dos seus Serviços Educativos, proporcionam aos jovens projectos e acções no âmbito da educação patrimonial, uma vez que “a um museu centrado nas colecções, cujas actividades se resumiam à valorização do seu acervo e que concretizavam dentro do seu espaço, sucedeu um museu dirigido ao Homem” (Flores, 2000, p. 13). É nessa perspectiva que se têm desenvolvido numerosos projectos educativos que procuram colocar as características do espaço museológico ao dispor das populações (Magalhães, 2005). Dentro das várias

actividades dinamizadas pelos museus salientam-se mini-cursos em férias escolares, visitas guiadas com recurso a novos métodos, promovendo a descoberta e a participação mais activa dos jovens nas mesmas, exposições temporárias, realização de actividades de animação patrimonial, distribuição/difusão de materiais de divulgação e organização de ateliers de museologia.

Os projectos escolares desenvolvidos no âmbito da salvaguarda e preservação do património são, muitas vezes, sustentados pela acção desenvolvida pelos clubes escolares. Estes são em cada vez maior número nas escolas e têm procurado atingir alguns objectivos importantes (Duarte & Gonçalves, 1996): ocupar os alunos nos seus tempos livres em áreas diversificadas e de acordo com os seus interesses; contribuir para a formação integral dos alunos, sensibilizando-os para as grandes questões do mundo que os rodeia; dar-lhes a conhecer outros modos de vida e de pensamento e outras culturas.

No âmbito dos clubes de Património, os jovens têm tido a oportunidade de tomar contacto com monumentos, museus, conventos, palácios, colecções de escultura e de pinturas, cultura material e imaterial de diversas regiões, pessoas e seus problemas. Entre as diversas metodologias de trabalho utilizadas salientam-se a pesquisa – em arquivos, bibliotecas, mediatecas, etc. – a observação do real - aqui o trabalho de campo é fundamental - e a inventariação.

Pensamos que um bom desenvolvimento e conjugação destes três tipos de dinâmicas sobre a salvaguarda e preservação do Património – sua abordagem nas várias áreas curriculares, a formação dos professores e o desenvolvimento de projectos que envolvam toda a comunidade educativa – poderão proporcionar a promoção de condições efectivas para que a Escola se constitua num espaço privilegiado para o exercício da cidadania por parte das nossas crianças e jovens, mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o multifacetado património histórico nacional.

Por outro lado, “as pedagogias vigentes numa escola de massas são gradualmente convertidas em pedagogias interactivas, que se constroem a partir de uma abertura total da escola às potencialidades formativas do meio envolvente” (Carneiro, 2001, p. 110). Na esteira do mesmo autor, o edifício curricular deixa de assentar exclusivamente na solidez dos saberes científicos e na grelha das disciplinas para permitir a realização de projectos multidisciplinares. A interactividade e a inovação são transportadas para o interior da própria instituição escolar, que se vê compelida a aceitar no seu seio uma organização da aprendizagem em que o aluno pode intervir no plano de estudos em vez de se comportar como um mero agente passivo do processo pedagógico (Cardoso, 2002).

Conclusão

A reflexão e a pesquisa bibliográfica efectuadas revelaram que os jovens demonstram pouco interesse por actividades relacionadas com o património cultural. As práticas culturais em geral, e mais especificamente as relacionadas com o património, continuam a ser um enigma central dos nossos dias, em virtude de as mesmas serem influenciadas pela conjugação de diversos factores endógenos e exógenos aos indivíduos de uma sociedade.

Estes dados poderão ser objecto de reflexão por parte das entidades responsáveis por este sector, no sentido de se promoverem políticas e projectos adequados, visando uma maior sensibilização de todos os que, directa ou indirectamente, intervêm na formação dos nossos jovens.

Mais especificamente, consideramos que as soluções para minorar a falta de interesse pelas actividades relacionadas pelo património cultural, devem ser encontradas no «tripé» família-escola-comunidade. Tal questão tem a ver com aspectos estruturais da sociedade que só com medidas profundas, a médio e longo prazo, poderão ser colmatadas.

Considerando o papel determinante que a Escola tem na divulgação e preservação do património cultural, sugerimos que a educação patrimonial seja um investimento, em termos de quantidade e de qualidade, por parte de todos os intervenientes, para que os nossos jovens futuramente possam exercer a sua cidadania de forma consciente. Nunca perdendo de vista que a escola não deverá ser uma “fortaleza defensiva” (Roldão, 2001), mas antes um centro dinamizador de cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. *et al.* (1996). *Jovens de hoje e de aqui. Resultados do inquérito à juventude do concelho de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.
- AMADO Mendes, J. (1991). *A Arqueologia Industrial: Uma vertente da conservação do património cultural*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Económica e Social.
- ANDRADE, V. (2003). Vamos acudir a Portugal. In *Expresso*, n.º1585, de 15 de Março.
- Arts Council (1991). The situation on audiences in Great Britain/United Kingdom. In *Participation in cultural life. Paper presented to the European Round Table on Cultural Research*. Moscow, April, 153-190.
- BALSÀ, C. *et al.* (2001). *Perfil dos estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e diferenciação*. Lisboa: Edições Colibri.
- BOUILLIN-Dartevelle, R. *et al.* (1991). *Temps libre et pratiques culturelles dans la communauté française de Belgique*. Liège: Pierre Mardaga.
- BRACONNIER, A. (2002). *O guia da adolescência*. Lisboa: Prefácio.
- BUOIS-REYMOND, M., & ZANDE, I. (1994). A juventude numa sociedade em mudança: Os Países Baixos. In J. MACHADO Pais, (Org.), *Jovens europeus. Mudança social, educação e modos de vida* (pp. 99-116). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- CARDOSO, A. P. (2002). As exigências de mudança e de inovação em educação: Uma perspectiva diacrónica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 36 (1,2 e 3), 167-184.
- CARMO, F. et al. (1990). *Situação e aspirações da juventude dos Açores*. Ponta Delgada: Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos/Direcção Regional da Juventude.
- CARNEIRO, R. (2001). *Fundamentos da educação e da aprendizagem. 21 Ensaios para o século 21*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- CHASTEL, A. (1986). Les lieux de Memoire. In Pierre Nora (Dir.), *La nation* (Vol. II). Paris: Gallimard.
- CHOAY, F. (2000). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- CLEERE, H. (Org.) (1989). *Archaeological heritage management in the modern world*. Cambridge: Allen & Unwin.
- COSTA, A. (1994). *O desporto e o lazer: Estudo das actividades desportivas e de lazer de jovens no concelho de Tondela*. Monografia de Licenciatura não publicada, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.
- COUTINHO, M. I. et al. (1995). Centenário da Escola Príncipe da Beira. In *Património histórico* (pp. 34-45). Alfragide: Constância Editores, S. A.
- CUSTÓDIO, J. (2000). Educação patrimonial. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, 1 (4), 10-11.
- DELORS, J. et al. (1996). *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão sobre a Educação para o século XXI* (2ªed.). Porto: Edições Asa.
- DIAS, A., & ARTUR, L. (2002). *Programa da disciplina “Património cultural e natural” – Curso de Professores do Ensino Básico, variante de Educação Visual e Tecnológica*. Instituto Superior Politécnico de Setúbal/Escola Superior de Educação.
- DUARTE, A. (1992). *Educação patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*. Lisboa: Texto Editora.
- DUARTE, A., & GONÇALVES, L. J. (1996). *Clubes na escola. Actividades extra-curriculares*. Lisboa: Texto Editora.
- ESPERANÇA, E. J. (1997). *Património e comunicação. Políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega Edições.
- FERNANDES, J. A. (1983). *Manual de educação ambiental*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente.
- FERNANDES, A. T. et al. (1998). *Práticas e aspirações culturais. Os estudantes da cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, A. T. et al. (2001). *Estudantes do ensino superior no Porto. Representações e práticas culturais*. Porto: Porto 2001 e Edições Afrontamento, Lda.
- FERREIRA, P. A. (1993). Valores dos jovens portugueses dos anos 80. *Cadernos do Instituto de Ciências Sociais*, 3, 5ªsérie. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.
- FLORES, A. (2000). Palácio de Queluz: Museu, educação e comunidade. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centros Histórico*, 1 (4), 13-15.
- FREITAS, E., CASANOVA, J., & ALMEIDA, N. (1996). *Os hábitos de leitura: Um inquérito à população portuguesa*. Lisboa: ISCTE.
- GALLAND, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse: L'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin Éditeur.
- INE (2003). *Portugal social (1991-2001)*. Lisboa: INE.
- Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude (1989). *A juventude portuguesa: Situações, problemas e aspirações* (7 volumes). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- IPPAR (1994). *Património arquitetónico e arqueológico – informar para proteger*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- IPPAR (1996). *Crítérios de classificação de bens imóveis*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- JORGE, V. (Coord.) (2000). *O património e os média*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- JORGE, V. (2001). Património e identidade cultural. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, 1, (6), 11-14.

- JUAN, F. *et al.* (2001). Disponibilidad de tiempo libre, del alumnado almeriense de enseñanza secundaria postobligatoria y de segundo ciclo de la Universidad de Almería, y tipos de actividades con que lo ocupan. *Revista Digital*, 7 (34) (disponível em <http://www.efdeportes.com/efd34b/tlibre.htm>).
- LOPES, J. (1993). Tempos e espaços da animação sócio cultural – o desencontro entre a cidade e a escola. In *Actas do Encontro de Vila de Conde da Associação Portuguesa de Sociologia “Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local”* (pp. 643-658). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- LOPES, J. (1997). *Tristes escolas. Práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Edições Afrontamento.
- LOPES, J. (2003). *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das Letras.
- LOPES, F., & CORREIA, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico*. Lisboa: Horizonte.
- MACHADO Pais, J. (1994). A vida como aventura: Uma nova ética de lazer? In J. M. Pais, Fernando Torres & Sue Cox (Orgs.), *Actas do Congresso Mundial de Lazer/World Leisure Congress* (pp. 99-110). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MACHADO Pais, J. (1996). Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa – tradições e mudanças (1985-1995). *Sociologia. Problemas e Práticas*, 21, 225-245.
- MACHADO Pais, J. (1999). *Consciência histórica e identidade. Os jovens portugueses num contexto europeu*. Oeiras: Celta Editora.
- MAGALHÃES, F. (2005). *Museus, património e identidade: Ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição*. Porto: Profedições.
- MARIVOET, S. (2001). *Hábitos desportivos da população portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva.
- MAUGER, G. (1994). A juventude e o sistema escolar em França no final do século XX: Reprodução e mudança social. In J. Machado Pais (Org.), *Jovens europeus. Mudança social, educação e modos de vida* (pp. 117-135). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Ministério da Educação. Departamento de Educação Básica (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação.
- NORA, P. (1992). *Les lieux de mémoire* (Tomo III). Paris: Galimard.
- OLIVEIRA, A. M. *et al.* (1995). Um dia de D. Manuel I na Bobadela. In *Património histórico* (pp. 18-33). Alfragide: Constância Editores, S. A.
- PEREIRA, M. P. (2003). *Os jovens e o património arquitectónico do concelho de Lamego: Representações, práticas e aspirações*. Tese de Mestrado não publicada apresentada ao ISCTE, Lisboa.
- PEREIRA, M. P., & CARDOSO, A. (2005). Os jovens e o património arquitectónico: Estudo realizado no concelho de Lamego. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 39 (1), 71-96.
- RAMOS, P. (1993). *Reviver o passado em torno da Educação Patrimonial e do ensino à distância*. Tese de mestrado não publicada apresentada à Universidade Aberta, Lisboa.
- REIS, M. (1999). Cidadania e património. Notas de uma pesquisa sociológica. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 29, 77-91.
- RODRIGUES, M., & RODRIGUES, M. (1995). Feira Quinhentista. In *Património histórico* (pp. 76-88). Alfragide: Constância Editores, S. A.
- RODRIGUES, A. (2003). *Os tempos livres dos jovens do concelho de Lamego*. Monografia de Licenciatura não publicada, Escola Superior de Educação de Viseu/Pólo de Lamego.
- ROLDÃO, M. C. (2001). A educação patrimonial é uma opção das escolas. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, 1 (4), 15-17.
- ROVISCO, M. L. (2000). Centros históricos e identidade cultural no contexto da globalização. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centros Históricos*, 1(5), 10-13.
- SALOMON, A. (2000). *Educação e património: Uma experiência francesa*. Mem Martins: Associação de Professores de Sintra
- SAMPAIO, D. (2003). *Voltei à escola* (8ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- SANTOS Silva, A., & SANTOS, H. (1995). *Prática e representação das culturas: Um inquérito na área metropolitana do Porto*. Porto: Ed. Centro Regional de Artes Tradicionais.

- SANTOS Silva, A. *et al.* (2002). A arte de ser culto. A formação e as práticas dos consumidores regulares. In C. FORTUNA & A. SANTOS Silva (Orgs.), *Projecto e circunstâncias: Culturas urbanas em Portugal* (pp. 163-210). Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS Silva, A. *et al.* (1998). Agentes culturais e públicos para a cultura: Alguns casos ilustrativos de uma difícil relação. *Cadernos de Ciências Sociais*, 18, 67-105.
- SANTOS, M. L. (Coord.) (1998). *As políticas culturais em Portugal. Relatório Nacional*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- SCHMIDT, L. (1993). *A procura e oferta cultural e os jovens*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.
- STOER, S., & ARAÚJO, H. (1992). *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*. Lisboa: Escher.
- VENTURA, J. A. *et al.* (1995). A vida na Escola. In *Património histórico* (pp. 56-69). Alfragide: Constância Editores, S. A.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Lei n.º 13/85, 6 de Julho (Lei de Bases do Património Cultural) – Diário da República n.º 153, I SÉRIE, 6 de Julho.
- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo - alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto) - Diário da República, I SÉRIE-A n.º 166, 30 de Agosto.
- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural Português) – Diário da República n.º 209, I SÉRIE-A, 8 de Setembro.